



A POLÍTICA DE DIREITA PRIVATIZA E MERCANTILIZA A CULTURA.

A “AUSTERIDADE” AMEAÇA DESTRUIR O RESTO.

As políticas culturais da última década deixarão um rasto indelével

PS e PSD, responsáveis sucessivos no Ministério da Cultura ao longo dos últimos 10 anos, asfixiaram financeiramente o sector, minimizaram os apoios do Estado e as políticas públicas, alienaram competências e responsabilidades. Deixam uma dramática herança de incerteza, precariedade e frustração em todos os que intervêm, em condições cada vez mais difíceis, na criação artística e nas actividades culturais em geral.

Uma década de reestruturações desastrosas

Ao longo desta década, e com o pretexto da “empresarialização” foram criadas as Entidades Públicas Empresariais (EPE’s) e multiplicaram-se as fundações. A agregação arbitrária e administrativa de instituições retirou-lhes meios e dinâmica. O PRACE reduziu drasticamente meios humanos, a operacionalidade e a capacidade de intervenção dos serviços do MC. E, seguindo o exemplo do Estado, importantes instituições privadas seguiram o mesmo caminho, reduzindo serviços e eliminando estruturas. Nenhuma propaganda ocultará os retrocessos desta década.

Podem vir agora os responsáveis políticos por esta situação atribuir todas as culpas à “crise”. Mas a verdade é que da “crise” não resultaram políticas diferentes. Resultou o agravamento e a radicalização das mesmas desastrosas políticas que já vinham de trás. Acrescentou - com o OE 2011 e os PEC’s - cortes orçamentais a orçamentos que já eram de penúria. Acelerou a desresponsabilização onde a linha já era de alienar responsabilidades. Tornou ainda mais desequilibrada a distribuição de recursos, concentrando-os num número ainda menor de instituições tidas por emblemáticas. Reduziu ainda mais os apoios à acção cultural descentralizada, aos criadores individuais e aos pequenos projectos, aos espaços e programações de criação e experimentação, aos mediadores culturais. Remeteu responsabilidades para as autarquias locais e reduziu-lhes os meios financeiros. E, mesmo com orçamentos de miséria, conseguiu as mais baixas taxas de execução orçamental.

Trocos para a Cultura, milhões para o sector financeiro

O mais grave libelo contra esta política financeira de desastre é que, tendo o efeito arrasador que é conhecido, tem um peso insignificante na justificação >>

LUTA! VOTA!





Eleições Legislativas 2011. Sector Intelectual da ORL do PCP

do “combate ao déficit”. O OE 2011 para a Cultura representa 0,4% da despesa total da Administração Pública e está, mesmo assim, sujeito a cativações de 20%. O total deste orçamento para a Cultura é 6,5 vezes menos do que o que a Caixa Geral de Depósitos tinha enterrado, até Janeiro, no buraco do BPN. Mas o Governo e a Ministra não se cansaram de invocar o “contributo de todos” para a “consolidação das contas públicas”. E o que - perante os milhões da banca - representam os trocos na Cultura é efectivamente muito pouco. Mas tem consequências trágicas.

A política de direita enfrentou uma resistência crescente. Nessa resistência está a raiz de uma outra política

Os últimos anos assistiram a uma mobilização, em alguns casos sem precedentes, de criadores e trabalhadores da cultura. Os cortes nos apoios à criação e às instituições suscitaram muito amplos movimentos de protesto e reivindicação. Movimentos que, como nos casos de Almada e Évora, entre outros, tiveram apoio maciço das populações expressos em concentrações e acções de rua. A defesa do direito à cultura é uma das mais prioritárias e urgentes batalhas democráticas. Só a radical mudança de rumo político que os trabalhadores o povo reclamam permitirá à cultura sair da dramática situação actual. Mas mais do que isso: a energia criadora de todos os que intervêm nas áreas da cultura é, necessariamente, parte integrante dessa radical mudança de rumo político. E do cinzento e da mediocridade actual, ressurgirá, com todas as cores, todas as formas, todas as palavras, todos os sons, todas as imagens, toda a força criadora do Portugal de Abril.

LUTA! VOTA!

